

## **O ESTADO E O NUCLEAR**

O facto de Portugal não dispor de centrais nucleares para produção de energia eléctrica, nem ser previsível que isso venha a acontecer a médio prazo, pode levar a opinião pública a aceitar como boa a ideia de que não se justifica manter no nosso País actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) no domínio nuclear.

Em consequência, decisores menos avisados podem ser levados a não reconhecer a importância estratégica das actividades desenvolvidas no complexo laboratorial de Sacavém do ex-Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (ex-LNETI, actual INETI), que constitui o único centro de estudos existente em Portugal no domínio nuclear, onde está concentrada a quase totalidade da capacidade técnico-científica do País nesta área. E, sendo assim, poderão sentir-se tentados a actuar em conformidade, eliminando essas actividades.

É, aparentemente, o que está a acontecer. De outro modo, é difícil entender o tratamento que está a ser dado a um património científico e tecnológico que levou mais de três décadas a consolidar:

— sobre o Instituto de Ciências e Engenharia Nucleares (ICEN) paira uma indefinição inquietante desde que, há já vários meses, o ministro da Indústria e Energia decidiu retirá-lo da sua tutela, sem ter havido o cuidado de preparar uma alternativa de reenquadramento orgânico, e

— é incerto o futuro do Departamento de Protecção e Segurança Radiológica, enquanto unidade orgânica especializada, em resultado de legislação publicada recentemente no âmbito da reestruturação do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, situação que pode afectar a sua operacionalidade e capacidade de resposta global.

Atenção, porém: há que ter consciência de que o Estado português, independentemente da posição do Governo relativamente à opção nuclear em Portugal, tem responsabilidades no domínio nuclear, tanto a nível nacional como a nível internacional, responsabilidades que não podem ser ignoradas.

### **Poluição radioactiva não tem fronteiras**

O acidente ocorrido na central nuclear de Chernobyl veio pôr em evidência que a poluição radioactiva não reconhece fronteiras, e que os problemas de segurança e protecção relacionados com as aplicações energéticas do nuclear se colocam necessariamente em todos os Estados.

Há, no mundo, 423 centrais nucleares em operação e 72 em construção. Só na Comunidade Europeia (CE), estão implantadas 133 centrais nucleares! Para se ter uma noção da importância desta realidade, bastará dizer que a energia eléctrica produzida por estas centrais — alguma da qual é consumida em Portugal, importada de França — representa 34 por cento da totalidade da energia eléctrica produzida na CE.

A título de exemplo, convém recordar que uma das centrais nucleares da CE está localizada em Almaraz, junto ao rio Tejo, entre Madrid e a fronteira portuguesa. E sabe-se como incidentes (não confundir com acidentes) nesta central do país vizinho têm provocado reacções de preocupação na opinião pública, quando noticiados pelos órgãos de comunicação social.

Em suma, mesmo os países sem programas nucleares têm de fazer face a problemas resultantes da existência de centrais nucleares, embora implantadas noutros países. E, para isso, precisam de dispor de uma capacidade técnica efectiva que, no plano externo, viabilize a cooperação internacional e, no plano interno, permita a intervenção e a colaboração em acções a desenvolver junto da população, em caso de acidente que crie uma emergência grave. Não é concebível que um Estado responsável se proponha escamotear esta questão.

Num outro plano, há que reconhecer a necessidade de capazmente se emitir pareceres técnicos ou representar Portugal nos múltiplos “comités” e grupos de trabalho que se ocupam de questões do domínio nuclear, seja no âmbito da CE, da OCDE ou de outros organismos internacionais, onde também se constrói e defende a credibilidade do País. Para elaborar pareceres ou intervir digna e eficazmente na discussão dos “dossiers”, é preciso saber estudá-los, conhecer as matérias, ter capacidade científica e técnica. Esta competência adquire-se ao longo de muitos anos, pela via da especialização e através da participação em actividades de I&D, como as que são desenvolvidas no complexo laboratorial de Sacavém.

## **A necessidade de formação especializada**

Não menos importante do que a capacidade política para salvaguardar os interesses nacionais, como por exemplo no caso do tão falado depósito de resíduos radioactivos de Aldeadávila, importa que Portugal tenha investigadores competentes que saibam acompanhar de perto os projectos e os respectivos estudos. Há que dispor de interlocutores solidamente credenciados, com possibilidade de aconselhar quem de direito na assunção de posições correctas e na tomada de decisões (que envolvem por vezes opções difíceis), com conhecimento de causa.

É preciso assegurar também que continuará a haver em Portugal recursos humanos, meios laboratoriais e equipamentos apropriados para fomentar e apoiar a aplicação de ciências e técnicas nucleares com interesse inquestionável em múltiplos domínios e sectores de actividade. Estes vão desde a medicina nuclear até ao processamento e caracterização de novos materiais, passando pelo projecto e construção de instrumentação nuclear para várias finalidades, e por realizações no âmbito de áreas muito diversas, nomeadamente em estudos de poluição ambiental, caracterização de ecossistemas, recursos aquícolas, geoquímica, preservação do património cultural, etc..

Não menos importante é a questão da formação especializada no domínio nuclear. Apesar de a energia nuclear de cisão fazer parte da cultura do nosso tempo e ser uma realidade científica, técnica, económica e política que continuará a ocupar uma posição relevante no futuro, o nosso sistema educativo ignora-a praticamente. É neste contexto que o complexo laboratorial de Sacavém tem sido, desde os tempos da Junta de Energia Nuclear, uma autêntica escola de formação multidisciplinar para quantos (investigadores, técnicos, estudantes, etc.) por ali têm passado, e foram largas centenas.

Também os cerca de 1300 jovens estudantes do ensino secundário e superior que visitam anualmente o ICEN, têm beneficiado da experiência estimulante que é o contacto com actividades e equipamentos únicos no País, num domínio mal conhecido e, por isso, atreito a preconceitos e medos injustificados.

O ICEN, um instituto de mérito reconhecido por observadores independentes e com prestígio a nível interno e externo, encontra-se numa encruzilhada, em consequência de uma decisão incompreensível. A situação de indefinição que se vive no ICEN desde Novembro do ano passado, a que acresce agora a situação de incerteza em que se encontra o Departamento de Protecção e Segurança Radiológica, faz recear o pior.

Perante a gravidade e delicadeza da matéria em apreço, impõe-se formular a seguinte pergunta: a continuar o processo de desmantelamento do complexo laboratorial de Sacavém do ex-LNETI, como pensa o Governo assumir, no futuro, as suas responsabilidades, a nível nacional e internacional, no domínio nuclear?